

REFLEXÃO

Pessoas com deficiência na formação em enfermagem: inteligência artificial e práxis transformadora


People with disabilities in nursing education: generative artificial intelligence and transformative praxis

HIGHLIGHTS

1. Pessoas com deficiência são invisibilizadas nos debates sobre inovação tecnológica educacional.
2. O uso acrítico da inteligência artificial generativa pode reforçar exclusões e desigualdades.
3. inclusão exige mediação tecnológica crítica e práxis transformadora.
4. A governança da inteligência artificial generativa deve considerar pessoas com deficiência e justiça cognitiva.

Nádile Juliane Costa de Castro¹ 

Juliana Costa de Castro² 

Dândara Lanara Sousa Cordeiro¹ 

RESUMO

Objetivo: Analisar criticamente as contradições, os desafios e as possibilidades da inteligência artificial generativa como catalisadora de uma formação emancipatória e inclusiva na enfermagem, com foco nas singularidades de estudantes com deficiência. **Método:** Ensaio teórico-reflexivo, desenvolvido entre agosto de 2024 e maio de 2025, fundamentado na pedagogia crítica de Paulo Freire e em referenciais sobre justiça cognitiva e tecnologias inclusivas. O texto foi desenvolvido a partir da análise de documentos normativos nacionais e internacionais sobre inclusão e governança da inteligência artificial generativa. **Resultados:** Estrutura-se em dois eixos: contradições éticas e epistemológicas da inteligência artificial generativa enquanto mediadora de práticas educativas inclusivas; e elementos para uma práxis transformadora com base em uma mediação tecnológica crítica e comprometida com a equidade. **Considerações finais:** A inteligência artificial generativa, se mediada criticamente, pode ampliar a acessibilidade de estudantes com deficiência na formação em enfermagem. No entanto, seu uso acrítico tende a reforçar barreiras e aprofundar desigualdades.

DESCRITORES: Educação em Enfermagem; Educação Inclusiva; Inteligência Artificial; Equidade; Pessoas com Deficiência.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO:

de Castro NJC, de Castro JC, Cordeiro DLS. Pessoas com deficiência na formação em enfermagem: inteligência artificial e práxis transformadora. Cogitare Enferm [Internet]. 2026 [cited "insert year, month and day"];31:e100677pt. Available from: <https://doi.org/10.1590/ce.v31i0.100677pt>

¹Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências em Saúde, Belém, PA, Brasil.

²Escola Superior Madre Celeste, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, PA, Brasil.

INTRODUÇÃO

A formação superior brasileira segue marcada por desigualdades estruturais que atravessam a constituição física, simbólica e epistemológica das instituições. As pessoas com deficiência (PcDs) representam apenas 0,9% das matrículas no ensino superior, revelando barreiras persistentes de acesso e permanência¹⁻². Essa realidade silencia experiências corporais, cognitivas e comunicacionais, reforçando normatividades excludentes³⁻⁴.

No campo da enfermagem, essa exclusão se acentua. A formação ainda se organiza a partir de currículos e práticas pedagógicas que pressupõem um corpo funcional⁵ como referência para o cuidado⁶⁻⁷. As PcDs permanecem invisibilizadas, como estudantes e futuros profissionais, e reforçam padrões que restringem a diversidade de corpos, saberes e subjetividades. Isso revela a reprodução histórica de uma pedagogia que naturaliza as desigualdades⁸.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) representa um marco ao propor a transversalidade da inclusão nos diferentes níveis educacionais. Ao deslocar o foco da deficiência para a necessidade de transformação estrutural, essa política desafia práticas pedagógicas excludentes, evidenciando a urgência de ambientes educacionais que reconheçam a singularidade das trajetórias estudantis⁹. Contudo, tais diretrizes ainda esbarram em uma cultura institucional que resiste à diversidade, à ruptura de hierarquias epistêmicas e à democratização do conhecimento¹⁰.

Nesse cenário, a inteligência artificial generativa (IAG) emerge como tecnologia educacional promissora, com potencial de ampliar a acessibilidade¹¹⁻¹³, personalizar trajetórias de aprendizagem e atuar como mediadora de conteúdos¹³⁻¹⁵. No entanto, essa mesma tecnologia carrega contradições éticas e epistemológicas^{12,14}. Seu uso acrítico pode intensificar desigualdades por meio da reprodução de vieses algorítmicos¹⁶, vigilância pedagógica e padronização de saberes, especialmente porque é treinada com dados que não refletem as realidades de diferentes grupos, incluindo os de PcDs¹².

No campo da enfermagem, há necessidade de ressignificação crítica. Isso inclui as relações pedagógicas, epistemológicas e políticas que estruturam o ensino e o cuidado¹⁷⁻¹⁹. É preciso tensionar as concepções de gênero, raça e, principalmente, de diferentes corpos de PcDs, bem como a não representação disso em virtude dos vieses algorítmicos^{12,20}. Há necessidade de deslocamento do debate de uma lógica de integração para uma perspectiva de transformação estrutural²¹, fundamental para avançar na reconfiguração dos espaços formativos que vêm discutindo diversidade^{12,20,22}. Essa reflexão se justifica não apenas pela urgência de efetivar a PNEEPEI, mas pela necessidade de reposicionar a enfermagem²²⁻²³ como campo de cuidado comprometido com a diversidade humana em suas múltiplas expressões e as tecnologias emergentes^{12,17-19}.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar criticamente as contradições, os desafios e as possibilidades da IAG como catalisadora de uma formação emancipatória e inclusiva na enfermagem, com foco nas singularidades de estudantes com deficiência.

MÉTODO

Trata-se de ensaio teórico-reflexivo, desenvolvido entre agosto de 2024 e maio de 2025, fundamentado na pedagogia crítica de Paulo Freire¹⁰, com ênfase na articulação

dialética entre teoria e prática, problematização e transformação. O texto parte da compreensão de que o uso da IAG na educação em enfermagem deve ser analisado à luz das contradições históricas que estruturam o ensino superior e as PcDs.

Baseou-se na análise crítica de documentos normativos e literatura acadêmica publicada entre 2021 e 2025. Foram selecionados marcos internacionais e nacionais que discutem a governança ética da IAG, com destaque para a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre inteligência artificial, de 2024, e o relatório do Órgão Consultivo de Alto Nível da ONU sobre IAG, além da PNEEPEI. A busca por estudos científicos foi intencional e realizada em bases como PubMed e SciELO, utilizando os descritores "Inteligência Artificial Generativa", "Enfermagem", e "Pessoas com Deficiência" em português e inglês.

A análise foi conduzida com base no movimento dialético freiriano, partindo da realidade concreta e dos marcos normativos para problematizá-los à luz da mediação crítica e da práxis transformadora. Inicialmente, foram consideradas quatro dimensões: acessibilidade digital; personalização do ensino; mediação de práticas procedimentais; e transformação das relações pedagógicas. Ao final, organizaram-se dois eixos centrais, que sintetizam as contradições estruturais mais relevantes identificadas na interface entre a IAG e a formação inclusiva em enfermagem.

A triangulação entre os autores foi utilizada como estratégia de validação interpretativa, assegurando a coerência teórico-argumentativa. A reflexão se propõe a contribuir para o avanço crítico das discussões sobre o papel das tecnologias emergentes na formação em enfermagem, especialmente no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência, à superação de práticas normativas e à ampliação das possibilidades de uma educação libertadora.

DESENVOLVIMENTO

Eixo 1: Contradições da inteligência artificial generativa como mediadora de processos educativos inclusivos

Neste eixo, analisa-se como a IAG, ao ser incorporada de forma acrítica nas práticas educativas, pode reforçar desigualdades estruturais e epistemológicas, silenciando as singularidades das PcDs e reduzindo a complexidade do processo educativo à lógica da padronização algorítmica¹²⁻¹⁴.

Evidencia-se que as tecnologias assistivas potencializadas pela IAG representam avanços diante das barreiras comunicacionais, informacionais e procedimentais¹³⁻¹⁹. Todavia, emergem contradições entre a personalização, a padronização algorítmica, a acessibilidade, a vigilância exacerbada, a democratização e a exclusão digital^{12,24}. Em ambientes acadêmicos, tal exclusão fica evidente no acesso a laboratórios, bibliotecas digitais e sistemas de identificação, pois refletem realidades de grupos hegemônicos²⁴. Isso evidencia a tensão entre a promessa de personalização da IAG e sua tendência à padronização¹³, o que distancia das singularidades das PcDs.

Outrossim, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15) assegura o direito à acessibilidade em múltiplas dimensões, mas sua efetivação em ambientes digitais revelou contradições importantes. Verifica-se que as ferramentas de IAG para descrição de imagens, legendas automáticas e interfaces adaptativas ampliam significativamente o acesso a conteúdos educacionais¹³⁻¹⁹. Todavia, reproduzem padrões comportamentais,

revelando a necessidade de debates sobre trajetórias específicas de aprendizagem²⁴ e de atenção ao racismo algorítmico^{12,24}.

Essas experiências com IAG evidenciam que a linha entre personalização benéfica e vigilância exacerbada é tênue. O controle pode causar estresse e ansiedade²⁵, em virtude do monitoramento de tempo, frequência e padrões de interação, contrariando o princípio freireano de autonomia do educando¹⁰. Isso, diante das diferentes singularidades dos PcDs, demonstra a necessidade de avançar em modelos multimodais¹³ na assistência^{23,25} e na formação de PcDs e não PcDs em enfermagem.

A realidade virtual, por exemplo, pode contemplar diferentes corporalidades nos cenários procedimentais da enfermagem. No entanto, sua implementação depende de infraestrutura técnica, formação docente²⁵, adaptação de espaço e a diversidade de pessoas²⁻⁴. No caso do uso de plataformas de simulação virtual, é fundamental considerar, além das diferentes formas de realizar procedimentos de enfermagem, a superação da apresentação singular, que revela os padrões corporais funcionais. Isso evita a perpetuação da exclusão agora digitalizada e de preocupações técnicas¹⁴.

É fundamental assegurar que a eficácia da IAG como instrumento de mediação pedagógica inclusiva resulte de uma articulação dialética entre infraestrutura técnica adequada, compromisso ético sólido e metodologias participativas. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de que a mediação tecnológica esteja subordinada a uma ação pedagógica dialógica, na qual os educadores atuem como mediadores éticos capazes de problematizar, adaptar e monitorar criticamente o uso da IAG^{12,14}, sempre considerando as múltiplas singularidades das PcDs.

Tais fatos se tornaram mais críticos devido à dimensão humana e aos processos de exclusão já historicamente identificados nos espaços de formação de PcDs, como no caso do gênero^{3,4,14}. A personalização individual pela IAG, por exemplo, pode, paradoxalmente, individualizar o que deveria ser coletivo, fragmentando a práxis educativa. Por isso, as interseccionalidades de classe social, gênero e raça que impactam diferentemente o acesso e o uso de tecnologias devem ser consideradas, a fim de não perpetuar a exclusão^{12,20}.

Um aspecto importante é a vulnerabilidade econômica. É crucial verificar as experiências distintas, dada a exclusão digital, que podem ampliar desigualdades existentes frente ao avanço das tecnologias emergentes. A não visualização dessas questões pode beneficiar PcDs com maior capital cultural/econômico em detrimento de PcDs negras, indígenas ou de outros grupos minorizados que ficam à margem dos debates, como ilustrado pelas tensões evidenciadas na Figura 1, que conecta essas exclusões estruturais à aplicação da IAG na educação inclusiva em enfermagem.

A superação dessas contradições exige uma práxis transformadora, que articula técnica e ética, inovação e inclusão, personalização e democratização, preparando o caminho para a reconfiguração epistemológica.



Figura 1. Tensões dialéticas da aplicação da inteligência artificial generativa na educação inclusiva em enfermagem. Belém, Pará, Brasil, 2025

Fonte: Os autores (2025).

Eixo 2: Práxis transformadora: elementos para governança ética da mediação tecnológica crítica

O eixo 2 aborda que a inclusão de PcDs deve ir além do cumprimento legal, tornando-se um compromisso político e epistemológico. Defende que a tecnologia, especialmente a IAG, seja utilizada criticamente como ferramenta de emancipação, promovendo a participação ativa das PcD e valorizando as diversidades corporais e experienciais. O eixo enfatiza a coconstrução de soluções educacionais inclusivas, a formação docente crítica e a superação de padrões normativos e funcionais, preparando o caminho para uma abordagem verdadeiramente inclusiva e dialógica no ensino de enfermagem.

A mediação crítica da IAG é necessária para uma reconfiguração epistemológica do conceito de cuidado em tempos de automatização. Essa perspectiva rompe com a ideia restrita de inclusão de PcDs e inclusão digital como mera obrigação legal, deslocando-a para um compromisso político-epistemológico que valoriza a diversidade corporal e experiencial como potência para renovar saberes e práticas diante das tecnologias emergentes.

Isso é percebido nas diferentes corporalidades que tensionam a normatividade ainda predominante nas práticas profissionais, no caso das PcDs²⁶⁻²⁷, e na IAG^{12,24}. O uso crítico da IAG pode atuar como catalisadora ao tornar visíveis as contradições antes naturalizadas nos processos formativos. Desse modo, políticas e diretrizes que envolvem a IAG devem ser discutidas no âmbito da formação, buscando envolver elementos operacionais e administrativos no campo da enfermagem.

O potencial contra-hegemônico da tecnologia está na intencionalidade emancipatória de sua apropriação, que deve ser atravessada pelo olhar crítico considerando o escopo da deficiência auditiva, visual, motora e intelectual. Deve operar por meio da visibilização de contradições estruturais e da amplificação de potencialidades marginalizadas²⁸, com ruptura de padrões normativos^{12,24}, e criar uma

relação entre autonomia diante da dependência, vigilância tecnológica²⁵ e tecnocracia do cuidado, que comprometem a dimensão relacional fundamental ao cuidado de enfermagem.

Demanda governança ética que articule inovação tecnológica²⁹, com preservação dos vínculos humanos constitutivos da práxis cuidativa, que deve ser orientada desde o ensino da corporiedade¹⁴ aplicada às PcDs. É necessária a cocriação de tecnologias educacionais com a participação ativa de estudantes com deficiência, para promover a justiça epistêmica, entendida como o reconhecimento da legitimidade de diferentes formas de conhecer e experienciar o mundo, superando hierarquias que privilegiam saberes hegemônicos²⁸.

Além disso, é necessária a formação docente como mediação ético-tecnológica-crítica²⁹, capaz de tensionar os usos instrumentais da tecnologia e potencializar sua apropriação emancipatória^{12,18-19}. Isso evita reprodução de vieses²⁴ capacitistas, a partir da mediação humana crítica¹². Para isso, o docente deve se apropriar das políticas que sustentem a transversalidade da educação inclusiva, assegurando que os estudantes com deficiência²⁸ sejam visibilizados, o que aponta a necessidade de cursos, oficinas e articulação pedagógica na formação dos docentes que atuam na enfermagem.

Isso exige superar a lógica de integração adaptativa para avançar rumo à transformação estrutural, em que currículos e ambientes sejam ressignificados segundo a diversidade humana²⁻⁴. Essa transformação deve ser intencionalmente política e reconhecer a tecnologia como uma ferramenta obrigatoriamente orientada aos princípios dialógicos, de problematização e de compromisso²⁹ com a emancipação, superando a normalização de corpos e evidenciando as diversidades nas diferentes áreas de conhecimento apresentadas nos currículos. A Figura 2 ilustra esse processo, mostrando como a reconfiguração epistemológica do conceito de cuidado está diretamente relacionada à governança ética da mediação tecnológica.

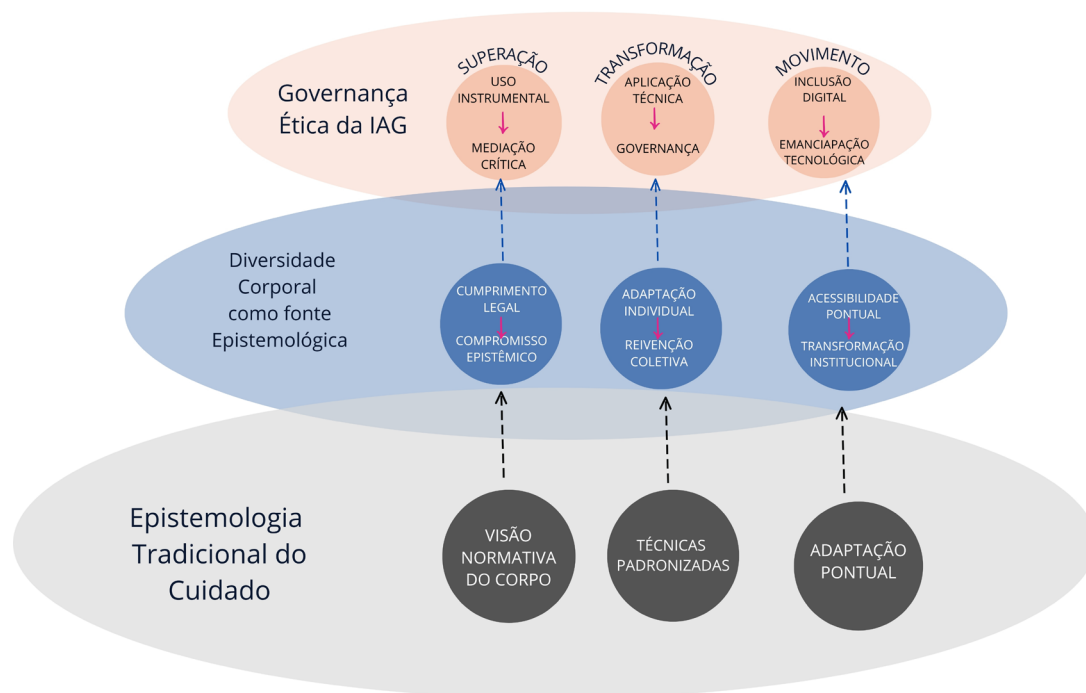


Figura 2. Da epistemologia do cuidado à governança ética. Belém, Pará, Brasil, 2025

Fonte: Os autores (2025).

A Figura 3 sintetiza os principais componentes necessários para a efetiva transformação do ensino em enfermagem a partir de uma perspectiva verdadeiramente inclusiva. Inspirando-se nos princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire, a figura destaca a importância da participação ativa das PcDs na construção coletiva de saberes, reconhecendo suas experiências e corporalidades como fundamentais para ampliar o entendimento sobre cuidado. A representação visual traz elementos que explicitam caminhos para a reconstrução do saber-cuidar inclusivo.



Figura 3. Elementos da práxis transformadora freireana na reconstrução do saber-cuidar inclusivo. Belém, Pará, Brasil, 2025

Fonte: Os autores (2025).

As figuras sintetizam esse percurso, reiterando que a formação docente ocupa papel estratégico como mediação ético-tecnológica, consciente de que algoritmos são construções humanas impregnadas de valores^{12,24} capacitistas que dialogam com a PNEEPEI. Os contextos de implementação da IAG podem se tornar arenas de disputa política onde PcDs afirmam sua presença como sujeitos de saber e produtores de epistemologias que ampliam o que se entende por cuidado, corpo e saúde²². Para isso, a governança ética e digital deve garantir uma formação dos enfermeiros para equidade, uso e armazenamento adequado de dados e tomada de decisão que considerem as diferentes corporalidades dos estudantes com deficiência na enfermagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IAG, à luz da pedagogia crítica freireana, revela contradições estruturais relevantes para a formação inclusiva em enfermagem. Embora apresente potencial para ampliar a acessibilidade e personalizar o ensino, seu uso acrítico pode reforçar

exclusões, especialmente de estudantes com deficiência, cujos corpos e saberes seguem marginalizados por currículos normativos e lógicas algorítmicas hegemônicas.

O estudo é limitado por abordar a presença de PcDs, como estudantes de enfermagem, o que restringe a discussão sobre diversidade corporal e interseccionalidades específicas. Recomenda-se o desenvolvimento de estudos que investiguem a coconstrução de tecnologias com participação ativa de PcDs e a análise dos impactos da IAG sobre diferentes tipos de deficiência, considerando raça, gênero e classe, bem como a avaliação da presença de PcDs nas políticas curriculares e nas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União [Internet]. 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília (DF): 2015 [cited 2025 Mar 1];(Seção 1). Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
2. Paiva JCM, Gesser M. Access and permanence of people with disabilities in higher education: participation in the scientific academy as a form of political activism. *Educ Polít Debate* [Internet]. 2023 [cited 2025 Jan 13];12(3):1117-31. Available from: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68502>
3. Miguel ACC, Rocha LCMB, Canto CARL, Teixeira JM, de Figueiredo LFG. Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: uma revisão de escopo. *Rev Educ Espec* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jan 13];37(1):e11. Available from: <https://doi.org/10.5902/1984686X85630>
4. Mueller SD, Sutherland MA. College women with a disability and interpersonal violence: A call to action. *J Am Assoc Nurse Pract* [Internet]. 2023 [cited 2025 Mar 20];35(12):761-4. Available from: <https://doi.org/10.1097/jxx.0000000000000969>
5. Vieira DA, da Silva LF, Machado MED, Brandão ES, Chagas HMA. Communication strategies employed by health professionals with hearing impaired people: an integrative review. *Cogitare Enferm* [Internet]. 2023 [cited 2025 May 20];28:e91372. Available from: <https://doi.org/10.1590/ce.v28i0.84359>
6. Perry AG, Potter PA, Elkin MK. *Procedimentos e intervenções de enfermagem*. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier Health Sciences; 2013. 816 p.
7. Padilla DJE, Guerrero VTG, Troncoso MP. Proyecciones del cuidado disciplinar de enfermería desde la filosofía de Jean Watson: una revisión sistemática. *Enferm Cuid Human* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 5];13(2):e4058. Available from: <https://doi.org/10.22235/ech.v13i2.4058>
8. da Silva DC, Therrien J. Cultura do silêncio e educação libertadora: aportes freirianos. *Educ* [Internet]. 2022 [cited 2025 Jun 5];45(1):e38533. Available from: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2022.1.38533>
9. Uchôa MMR, Chacon JAV. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. *Rev Educ Espec* [Internet]. 2022 [cited 2025 Jun 5];35:e46. Available from: <https://doi.org/10.5902/1984686X69277>
10. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 17th ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987. 107 p.
11. Alqahtani T, Badreldin HA, Alrashed M, Alshaya AI, Alghamdi SS, Bin Saleh K, et al. The emergent role of artificial intelligence, natural learning processing, and large language models in higher education and research. *Res Social Adm Pharm* [Internet]. 2023 [cited 2025 Jun 10];19(8):1236-42. Available from: <https://doi.org/10.1016/j.sapharm.2023.05.016>
12. Castro NJC, Braga Júnior EJ. Nursing and climate change: generative artificial intelligence as a tool for critical training on climate justice. *Esc Anna Nery* [Internet]. 2025 [cited 2025 Jun 10];29:e20240117. Available from: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2024-0117pt>

13. Montejo L, Fenton A, Davis G. Artificial intelligence (AI) applications in healthcare and considerations for nursing education. *Nurse Educ Pract* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 10];80:104158. Available from: <https://doi.org/10.1016/j.nepr.2024.104158>
14. Lifshits I, Rosenberg D. Artificial intelligence in nursing education: a scoping review. *Nurse Educ Pract* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 10];80:104148. Available from: <https://doi.org/10.1016/j.nepr.2024.104148>
15. Yıldız E. Artificial intelligence in mental health nursing: balancing clinical efficiency and the human touch—a quest for a new synthesis. *J Psychiatr Ment Health Nurs* [Internet]. 2025 [cited 2025 Jun 10];32(4):946-52. Available from: <https://doi.org/10.1111/jpm.13173>
16. Carroll SM, Shaw B. Dismantling ableism: promoting a culture of diversity, equity, inclusion, and accessibility for nurses with disabilities. *J Psychosoc Nurs Ment Health Serv* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 10];62(5):2-3. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38709093/>
17. Göktepe N, Sarıköse S. Perspectives and experiences of nurse managers on the impact of artificial intelligence on nursing work environments and managerial processes: a qualitative study. *Int Nurs Rev* [Internet]. 2025 [cited 2025 Jun 10];72(2):e70043. Available from: <https://doi.org/10.1111/inr.70043>
18. Tseng LP, Huang LP, Chen WR. Exploring artificial intelligence literacy and the use of ChatGPT and copilot in instruction on nursing academic report writing. *Nurse Educ Today* [Internet]. 2025 [cited 2025 Jun 15];147:106570. Available from: <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2025.106570>
19. Qaladi O, Alshammari M, Almalki AA. Artificial intelligence (AI) in nursing administration: challenges and opportunities. *PLoS One* [Internet]. 2025 [cited 2025 Jun 15];20(4):e0319588. Available from: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0319588>
20. Currie G, Hewis J, Hawk E, Rohren E. Gender and Ethnicity Bias of Text-to-Image Generative Artificial Intelligence in Medical Imaging, Part 2: Analysis of DALL-E 3. *J Nucl Med Technol* [Internet]. 2025 [cited 2025 June 15];53(2):162-8. Available from: <https://doi.org/10.2967/jnmt.124.268359>
21. Amorim RO, Fumes NLF. Ativismo e agência da pessoa com deficiência na Educação Superior. *Rev Educ Espec* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 15];e42/1-27. Available from: https://www.researchgate.net/publication/387966945_Ativismo_e_agencia_da_pessoa_com_deficiencia_na_Educacao_Superior
22. McGlinchey E, Corrigan S, Sheerin F, Yap ML. Embracing authenticity and challenging norms: Including people with an intellectual disability as lecturers in third level intellectual disability nursing programmes. *Nurse Educ Today* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 15];138:106206. Available from: <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2024.106206>
23. Thomson AE, Murray JW. Mental health nurses who experience disabilities: adapting to workplace barriers. *Issues Ment Health Nurs* [Internet]. 2023 [cited 2025 Jun 15];44(12):1179-87. Available from: <https://doi.org/10.1080/01612840.2023.2266849>
24. Guimarães LR. Inteligência artificial e enviesamento algorítmico: novas formas de discriminação contra pessoas com deficiência. *Civilistica.com* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 15];13(2):1–25. Available from: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/973>
25. Castiblanco, RP, Pizzi A. Relación entre determinados usos de la inteligencia artificial y los riesgos psicosociales en entornos laborales europeos. *Arch Prev Riesgos Labor* [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 15];27(3):233-49. Available from: <https://doi.org/10.12961/aprl.2024.27.03.02>
26. Vitorino LM, Yoshinari Júnior GH. A Artificial intelligence as an ally in Brazilian nursing: challenges, opportunities and professional responsibility. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2023 [cited 2025 Jun 20];76(3):e760301. Available from: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2023760301>
27. Måløy E, Aasen-Stensvold MT, Vatne S, Julnes SG. Intellectual disability nurses' challenges in medication management in primary health care: A qualitative study. *J Intellect Disabil*. [Internet]. 2024 [cited 2025 Jun 20];28(3):854-71. Available from: <https://doi.org/10.1177/17446295231189368>
28. Teixeira AKS, de Couto HRF. Education, corporeality and the visually impaired person: a necessary

dialogue. Rev Iberoam Estud Educ [Internet]. 2022 [cited 2025 Jun 20];17(4):2987-3008. Available from: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i4.17371>

29. Khanam M, Akther S, Mizan I, Islam F, Chowdhury S, Ahsan NM, et al. The potential of artificial intelligence in revealing the future of health. Cureus [Internet]. 2024 [cited 2025 June 20];16(3):e71625. Available from: <https://doi.org/10.7759/cureus.71625>

People with disabilities in nursing education: generative artificial intelligence and transformative praxis

ABSTRACT

Objective: To critically analyze the contradictions, challenges, and possibilities of generative artificial intelligence as a catalyst for emancipatory and inclusive nursing education, focusing on the singularities of students with disabilities. **Method:** A theoretical-reflective essay developed between August 2024 and May 2025, grounded in Paulo Freire's critical pedagogy and in frameworks on cognitive justice and inclusive technologies. The text was developed based on the analysis of national and international normative documents on inclusion and governance of generative artificial intelligence. **Results:** It was structured into two axes: ethical and epistemological contradictions of generative artificial intelligence as a mediator of inclusive educational practices; and elements for a transformative praxis based on critical technological mediation committed to equity. **Conclusion:** Generative artificial intelligence, when critically mediated, can expand accessibility for students with disabilities in nursing education. However, its uncritical use tends to reinforce barriers and deepen inequalities.

DESCRIPTORS: Education, Nursing; Education, Special; Artificial Intelligence; Equity; Persons with Disabilities.

Personas con discapacidad en la formación de enfermería: inteligencia artificial y práctica transformadora

RESUMEN

Objetivo: Analizar críticamente las contradicciones, los desafíos y las posibilidades de la inteligencia artificial generativa como catalizador para una educación de enfermería emancipadora y inclusiva, centrándose en las necesidades específicas de los estudiantes con discapacidad. **Método:** Este ensayo teórico-reflexivo, desarrollado entre agosto de 2024 y mayo de 2025, se basa en la pedagogía crítica de Paulo Freire y en marcos conceptuales sobre justicia cognitiva y tecnologías inclusivas. El texto se elaboró a partir del análisis de documentos normativos nacionales e internacionales sobre inclusión y gobernanza de la inteligencia artificial generativa. **Resultados:** Se estructura en torno a dos ejes: las contradicciones éticas y epistemológicas de la inteligencia artificial generativa como mediadora de prácticas educativas inclusivas; y los elementos para una praxis transformadora basada en la mediación tecnológica crítica comprometida con la equidad. **Conclusión:** La inteligencia artificial generativa, si se gestiona de forma crítica, puede ampliar la accesibilidad a la formación en enfermería para estudiantes con discapacidad. Sin embargo, su uso acrítico tiende a reforzar las barreras y a agravar las desigualdades.

DESCRIPTORES: Educación en Enfermería; Educación Especial; Inteligencia Artificial; Equidad; Personas con Discapacidad.

Recebido em: 30/07/2025

Aprovado em: 16/02/2026

Editor associado: Dra. Luciana de Alcantara Nogueira

Autor Correspondente:

Nádile Juliane Costa de Castro

Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, CEP 66075-110, Belém, PA.

E-mail: nadiledcastro@ufpa.br

Contribuição dos autores:

Contribuições substanciais para a concepção ou desenho do estudo; ou a aquisição, análise ou interpretação de dados do estudo - **de Castro NJC, de Castro JC, Cordeiro DLS**. Elaboração e revisão crítica do conteúdo intelectual do estudo - **de Castro NJC, de Castro JC, Cordeiro DLS**. Responsável por todos os aspectos do estudo, assegurando as questões de precisão ou integridade de qualquer parte do estudo - **de Castro NJC, de Castro JC, Cordeiro DLS**. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflitos de interesses:

Os autores declaram não haver conflitos de interesse a serem divulgados.

Disponibilidade de dados:

Os autores declaram que os dados estão disponíveis de forma completa no corpo do artigo.

ISSN 2176-9133



Este obra está licenciada com uma [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).